



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

ATA - TRE/PRE/DG/SEPLAN/CEPEL/SEGEF

(23.05.2025 – 9h25 às 11h46 – SEI nº 0004871-38.2020.6.14.8000)

Ata da 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) de 2025, realizada pelo Conselho de Governança, para reporte acerca dos resultados das metas fixadas, proposição de ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho da gestão.

MEMBROS DO CONSELHO DE GOVERNANÇA PARTICIPANTES	
Nome	Cargo
Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO	Presidente
Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE	Vice-Presidente e Corregedora
BRUNO GIORGI ALMEIDA E SILVA	Diretor-Geral
ROSIANE REVELLE DOS SANTOS MARTINELLI	Secretária Judiciária
FELIPE HOUAT DE BRITO	Secretário de Tecnologia da Informação (remotamente)
HÉRIKA CARLA DA COSTA SODRÉ DE SOUZA	Secretária de Administração
RICARDO SERRUYA DE MEDEIROS	Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade
PAULO HÉLIO DA COSTA ANJOS JUNIOR	Secretário de Gestão de Pessoas substituto
EVANDRO MOREIRA RAMOS	Secretário de Auditoria

DEMAIS PARTICIPANTES	
Nome	Cargo
ELAINE CRISTINA DE JESUS SANTANA DA SILVA MACHADO	Secretária de Planejamento
SINARA LUBIANA MENDES	Secretária da Corregedoria
ANA FLÁVIA SILVA DE SOUSA	Chefe de Gabinete da Presidência
INGRID AGRASSAR MORAIS	Chefe de Gabinete da Corregedoria
ROBERTO LOPES ROCHA	Assessor do Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação
SABRINA BITTENCOURT GUIMARÃES CASTRO	Coordenadora de Gestão de Processos e Governança
ANA CAROLINA LEÃO ALENCAR	Chefe da Seção de Governança, Gestão de Riscos e de Processos
SANDRO GONÇALVES BORGES	Coordenador de Estratégia e Planejamento de Eleições
OSIEL MARLON NEGRÃO DA SILVA	Chefe da Seção de Gestão Estratégica e Projetos
ROBERTO DE ARAÚJO MOURA	Assistente da Seção de Gestão Estratégica e Projetos
FERNANDA MARQUES DE AZEVEDO CORDEIRO	Assessora de Qualidade Institucional
VALDIMAR LOPES BARROS	Técnico Judiciário da Seção de Gestão Estratégica e Projetos (secretário da reunião)
VILARETE DE ALMEIDA OLIVEIRA	Coordenadora de Assuntos Judiciários da Corregedoria
PATRÍCIA TEREZA DE ARAÚJO COSTA SOARES	Coordenadora de Orçamento
ANGELA FIGUEIREDO DA SILVA MERGULHÃO	Coordenadora de Licitações e Contratos
KAYLA OLIVEIRA COHEN	Assessora Especial de Apoio à Gestão

WALQUIRIA CARRERA BERNARDO RIBEIRO	Chefe do Núcleo de Estatística
LÍLIA REGINA FRANCO DIAS	Chefe da Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social
LUCIANE DA CONCEIÇÃO COSTA MAI	Assistente da Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social
CHARLES DA COSTA RIBEIRO	Coordenador de Serviços Gerais
ALESSANDRO DOS SANTOS CRUZ	Técnico Judiciário da Assessoria de Governança de Tecnologia da Informação
MARCELO DOS SANTOS AGUILLAR	Assessor de Modernização e Governança das Contratações

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e vinte e cinco minutos, no Auditório Ivan Mello, localizado no Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), e remotamente por meio do aplicativo Google Meet, reuniu-se o Conselho de Governança do TRE-PA, instituído pela Resolução TRE-PA nº 5.415/2017, para avaliação e acompanhamento da estratégia do Tribunal. Presentes os membros do Conselho e servidores acima listados.

ABERTURA

A reunião foi iniciada pela Secretária de Planejamento, ELAINE CRISTINA DE JESUS SANTANA DA SILVA MACHADO, dando boas-vindas a todos os membros do Conselho de Governança e demais servidores, inclusive aos que participaram remotamente, e enfatizou que o principal objetivo da reunião é analisar a estratégia e os indicadores para auxiliar a alta administração na definição de prioridades e encontrar um propósito nas medições. Destacou ainda que no próximo ano vai se iniciar um novo ciclo de planejamento estratégico e que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já está debatendo com os Tribunais as diretrizes para essa nova fase. Em seguida, a palavra foi concedida ao Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO, presidente do TRE-PA e do Conselho de Governança, que declarou a reunião oficialmente aberta e parabenizou a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) pela iniciativa. O senhor Presidente inaugurou a reunião comunicando a aprovação da proposta de minuta de resolução que instituirá a política de gestão de processos do Tribunal, apresentada pela SEPLAN, nos autos do processo SEI nº 0015864-04.2024.6.14.8000, em alinhamento com a Resolução CNJ nº 325/2020. Destacou que a proposta de normativo foi submetida à prévia análise e manifestação dos membros do Conselho de Governança, que resultou na sua aprovação por unanimidade. A minuta constante do evento SEI 0002653707 do processo citado, foi disponibilizada aos presentes por meio de QR Code, ficando registrado nesta ata a aprovação da minuta pelo Conselho e a determinação de encaminhamento dos autos à Presidência para submissão ao Pleno do TRE-PA. O senhor Presidente concluiu ressaltando a importância das Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAEs) para definir os rumos e garantir a eficiência e inovação do Tribunal. A palavra foi, então, concedida à Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, Vice-Presidente e Corregedora do TRE-PA, que cumprimentou a todos os presentes. Destacou o Programa de Integridade, instituído pela Resolução TRE-PA nº 5.749/2022, que estabelece diversas medidas com o objetivo primordial de prevenir, identificar e corrigir eventuais violações de integridade, assegurando que todas as ações do Tribunal estejam em conformidade com os mais elevados padrões de ética e transparência. Reforçou que o monitoramento contínuo da execução do Plano de Integridade é um dos pontos centrais a ser abordado na reunião, e que necessita de uma parceria entre a Presidência e a Corregedoria para que se torne uma prática constante no Tribunal.

INFORMES

1. Projeto da Nova Sede/Complexo Integrado do TRE-PA

O senhor Diretor-Geral, BRUNO GIORGI ALMEIDA E SILVA, Destacou a importância da Reunião de Avaliação da estratégia e iniciou os informes, apresentando a iniciativa de implantação do Complexo Integrado da Justiça Eleitoral do Pará, a ser construído em um terreno em frente ao Parque da Cidade, conseguido nesses primeiros três meses de gestão pelo presidente do TRE-PA, Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO. A aquisição está em vias de conclusão, com a elaboração de um termo de cooperação técnica com a Polícia Rodoviária Federal. Já foram realizados contatos pessoais com a Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, presidente do TSE, com o Diretor-Geral e Secretário de Orçamento, que colocaram alguns desafios, mas se comprometeram em realizar um estudo acerca da viabilidade de colocar o TRE-PA entre as exceções para construção na lei orçamentária, ficando de dar uma resposta posteriormente. A Secretária de Administração, HÉRIKA CARLA DA COSTA SODRÉ DE SOUZA, explanou que o terreno a ser construído o Complexo Integrado possui 25.000m² e está avaliado em R\$ 16 milhões e está sendo repassado sem nenhum custo ao TRE-PA. Já estão sendo iniciadas algumas contratações preliminares, como topografia e levantamento da área, criação da ação orçamentária e inclusão no Plano de Obras do Tribunal, para viabilizar a sua inclusão na lei orçamentária

de 2026. Foram destacadas pelo Diretor-Geral e pela Secretária de Administração como justificativas para a construção do Complexo Integrado: a insegurança a que estão expostos servidores, magistrados e terceirizados, em razão da região estar ficando isolada em razão da mudança das sedes dos órgãos públicos que ficavam na região; os constantes riscos de alagamento, em razão das marés altas e chuvas fortes; a economia que será feita de mais de 530 mil reais por ano com pagamento de estacionamento, depósito e outras estruturas administrativas alugadas. Destacaram que no complexo que além da sede do tribunal, irão funcionar diversas outras unidades, como a Central de Atendimento do Eleitor (CAE), cartórios eleitorais, depósito de materiais e talvez o depósito de urnas.

2. Seminário Nacional sobre Sustentabilidade e Eleições (VERDEmocracia)

O senhor Diretor-Geral abordou a iniciativa de realizar, a partir de proposta conjunta da Diretoria-Geral com a Secretaria de Planejamento, o “Seminário Nacional sobre Sustentabilidade e Eleições (VERDEmocracia)”, que foi apresentado à Presidência do TSE com a ideia inicial de ter a participação da Ministra Cármen Lúcia na abertura. Houve um retorno posterior do Gabinete da Presidência do TSE pleiteando para que o evento, inicialmente pensado para ser regional, se tornasse nacional e fosse realizado com uma parceria do TSE. Além desse evento, será realizado também na mesma época o encontro de presidentes dos TREs em um outro local. Foi encaminhado ao TSE proposta de termo de cooperação, inclusive com descentralização orçamentária para ajudar a custear os eventos. A Secretária de Planejamento informou que a data do Seminário está prevista para ocorrer no período da COP 30, nos dias 15, 16 e 17 de setembro, no Teatro Maria Sylvia Nunes, na Estação das Docas. O senhor Diretor-Geral concluiu informando que em breve o Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO, presidente do TRE-PA, será convidado para ir ao TSE para ato de assinatura do termo de cooperação técnica para realização do evento.

DISCUSSÃO DA PAUTA

1. Monitoramento do cumprimento das ações do Plano de Integridade do TRE-PA 1ª Edição 2023

1.1. Relatório de desempenho/cumprimento das ações

ANA CAROLINA LEÃO ALENCAR, Chefe da Seção de Governança, Gestão de Riscos e de Processos, iniciou exposição explicando que o plano de integridade surgiu devido a recomendações do TCU e CNJ e de uma consultoria da Secretaria de Auditoria (SEAUD), que culminou com a elaboração da Resolução TRE-PA nº 5.749/2022, que instituiu o Programa de Integridade no Tribunal. A partir daí, foram realizadas reuniões e oficinas com todas as secretarias, onde foram mapeados 24 riscos de integridade no Tribunal, sendo identificadas 45 ações de controle, das quais foram priorizadas 25, que passaram a integrar o Plano de Integridade do Biênio 2023-2024, aprovado pelo Conselho de Governança. A Coordenadora de Gestão de Processos e Governança, SABRINA BITTENCOURT GUIMARÃES CASTRO, reforçou que as ações de controle são acompanhadas trimestralmente pelo sistema Scopi. Finalizou apresentando a situação das 25 ações de controle: 9 estão concluídas (36%), 1 foi cancelada e 15 estão com o fim atrasado (60%), tendo sido listadas todas as ações de acordo com o seu status, níveis de risco e respectivas justificativas das unidades, nos casos das atrasadas.

1.2. Proposição de reforço das ações eventualmente não cumpridas para o novo ciclo (Biênio 2025-2027)

A Secretária de Planejamento, ELAINE CRISTINA DE JESUS SANTANA DA SILVA MACHADO, apresentou ao Conselho as seguintes propostas, relacionadas ao plano de integridade: a) manutenção das ações de controle ainda em andamento e pendentes de conclusão; b) reforço das ações pendentes e respectiva inclusão no Plano de Integridades do Biênio 2025-2027. Não tendo havido objeções, a proposta foi aprovada por unanimidade.

2. Acompanhamento da Estratégia

SANDRO GONÇALVES BORGES, Coordenador de Estratégia e Planejamento de Eleições, iniciou o tópico ressaltando que nos encontramos às proximidades do encerramento da estratégia do ciclo de 6 anos (2021-2026) e que a atual gestão será responsável pela construção do próximo ciclo (2027-2032). Afirmou que a SEPLAN já está iniciando os trabalhos relacionados ao novo ciclo, de modo a antecipar algumas fases, em razão do período eleitoral do próximo ano, que se intensifica no segundo semestre e coincide com os últimos meses do atual plano estratégico. Explicou que em relação à atual estratégia, ela é avaliada em dois níveis distintos: análise dos indicadores previstos no plano estratégico (visualiza a estratégia no macro) e o desdobramento da estratégia, que são os planos de gestão bienais (projetos e ações a serem realizados por cada gestão). Esclareceu que no caso do atual biênio, ainda não há maiores avanços, em razão de as ações e os projetos estarem em fase inicial.

2.1. Panorama dos Projetos do Plano de Gestão 2025-2027

OSIEL MARLON NEGRÃO DA SILVA, Chefe da Seção de Gestão Estratégica e Projetos (SEGEP), lembrou a construção coletiva do atual Plano de Gestão (2025-2027), no qual foi utilizada a metodologia Design Thinking, com a técnica de duplo diamante, destacando o pertencimento de cada gestor no processo de construção do plano. Informou ainda que, como resultado dos trabalhos realizados até então, foram formalizados 29 projetos

estratégicos. Ponderou que esse número é mais realista, evidenciando avanço na maturidade do Tribunal relacionada à gestão de projetos, visto que nos primeiros planos de gestão eram previstos mais de 100 projetos, o que dificultava a sua execução e acompanhamento. Informou que os projetos já estão cadastrados no sistema Scopi, passando agora à maior participação de quem executa esses projetos, a quem caberá manter a atualização do andamento no sistema. Colocou a SEGEPI à disposição das demais unidades do Tribunal para realizar uma gerência compartilhada de projetos, visto que a unidade trabalha como escritório de projetos, esclarecendo dúvidas e ajudando os gerentes no seu andamento.

2.2. Análise dos Indicadores Estratégicos do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Pará (PEJEP) 2021-2026

SANDRO GONÇALVES BORGES, Coordenador de Estratégia e Planejamento de Eleições, introduziu o tema afirmando que atualmente o Tribunal está com um nível de 91,51% de atingimento das metas dos indicadores estratégicos, de forma geral. Que ao longo dos últimos 4 anos está havendo uma variação no nível de cumprimento dos indicadores estratégicos: 2021 (91%), 2022 (82%), 2023 (94%) e 2024 (91%). Esclareceu que nos anos não eleitorais há uma tendência de ter resultados melhores, em razão de os anos eleitorais exigirem uma concentração de esforço nas ações das eleições. ROBERTO DE ARAÚJO MOURA, Assistente da Seção de Gestão Estratégica e Projetos, esclareceu que a estratégia se divide em 3 perspectivas, nas quais estão agrupados os objetivos estratégicos e indicadores, sendo elas: a) sociedade (5 indicadores), b) processos internos (7 indicadores) e c) aprendizado e crescimento (9 indicadores). Explicou aos presentes, de forma sucinta, cada um dos indicadores e o seu nível de cumprimento no primeiro trimestre de 2025. Foram selecionados apenas 2 indicadores para realizar uma análise mais detalhada: a) índice de governança (que mede a maturidade de governança institucional a partir de critérios definidos pelo TCU e Prêmio CNJ) que teve uma redução em 2024, deixando-se de se cumprir alguns itens que já estavam sendo anteriormente atendidos, sendo que para cumprir a meta deste ano, terão que ser atendido 27 itens distribuídos entre diversas unidades do Tribunal; e, b) índice de aderência às recomendações de auditoria (mensura a aderência das áreas auditadas às recomendações da Unidade de Auditoria Interna), que não cumpre a meta (70%) desde 2021. Atualmente esse indicador está em 21%. Ressaltou que o indicador pontua não somente as recomendações de auditoria implementadas, mas também aquelas que estão em fase de implementação e, ainda assim, não têm sido atendidas. EVANDRO MOREIRA RAMOS, Secretário de Auditoria, ponderou, em relação ao índice de atendimento das recomendações de auditoria, que a SEAUD apenas faz seu monitoramento e que as recomendações são feitas para as unidades do Tribunal, às quais pediu contribuição no seu atendimento, pois visam melhorar os processos de trabalho e, assim o fazendo, por consequência, irá melhorar os níveis desse índice. ROBERTO MOURA, da Seção de Gestão Estratégica e Projetos, retomou a palavra para abordar os indicadores jurisdicionais, os últimos a serem analisados, explicando que eles estão relacionados ao cumprimento das metas 1 e 2 (88% cumprido) e 4 (60%) do Poder Judiciário, ao tempo de tramitação dos processos em geral (100%) e das ações criminais (100%) e, ainda, à recorribilidade das decisões (96%). Foi apresentado, por fim, um extrato de medição das metas 2 e 4 (no primeiro e segundo grau de jurisdição) referente ao mês de março e até o dia 20 de maio corrente, que são disponibilizados para que as unidades técnicas e a administração possa realizar o acompanhamento mensal ou mesmo semanal do seu atendimento.

3. Proposta de Revisão dos Indicadores de Produtividade

O Coordenador de Estratégia e Planejamento de Eleições, SANDRO GONÇALVES BORGES, iniciou o tema ponderando que ao longo do processo de amadurecimento da estratégia de uma entidade é natural a alteração dos indicadores, eles tendem a diminuir em quantidade e melhorar em qualidade. No início são muitos indicadores, sendo que a maioria deles “de esforço”, ou seja, não medem resultado, mas apenas ações realizadas. Disse que, como parte desse processo de amadurecimento da estratégia, será realizado pela SEPLAN um curso, com vagas disponibilizadas para outras unidades do Tribunal, sob OKRs, sigla para Objectives and Key Results (Objetivos e Resultados-Chaves, em português), na modalidade on-line, nos dias 3 e 4 de junho próximo. Explicou que depois desse curso, será aberto um ciclo de revisão de indicadores, com o seguinte plano de ação: a) reconstrução de indicadores baseados em OKRs (9 a 20 de junho próximo), b) validação, teste de operação e ficha dos indicadores (23 de junho a 4 de julho) e c) tramitação para aprovação (7 a 25 de julho).

4. Apresentação de Análise Orçamentária contemplando a janela 2025 e proposta 2026

O senhor Diretor-Geral, BRUNO GIORGI ALMEIDA E SILVA, iniciou a apresentação destacando que a atual administração iniciou com grandes desafios para o Biênio 2025-2027, em razão de um déficit orçamentário estimado em R\$ 10,5 milhões, tendo como principais causas do déficit R\$ 9 milhões de contratos continuados (terceirizações, locação de veículos e energia elétrica) e o impacto de despesas não previstas no valor de R\$ 990 mil (referente à reforma urgente do Cartório de Marabá por risco de acidentes, para o qual não havia previsão orçamentária). Apresentou como principais ações que estão sendo desenvolvidas para sanar o problema: a contenção de custos variáveis de terceirizados; serviços inteligentes (utilização de carros de aplicativos); orçamento estratégico (remanejamento de algumas despesas, que são possíveis para o orçamento de pleito do

próximo ano); revisão do Plano Anual de Contratações (PAC) de 2025 para manter apenas o extremamente necessário; implantação de ações para tornar o Tribunal mais sustentável, focando na redução do consumo de energia, combustível etc., pontuando que de 20 de janeiro até a data da 1ª RAE havia sido gerada uma economia de R\$ 2,5 milhões. Ao abordar o tema da proposta orçamentária para 2026, afirmou que na programação orçamentária preliminar elaborada pelas unidades, surgiu novamente um déficit de R\$ 11,1 milhões, pois embora houvesse um limite sugerido de R\$ 46,8 milhões, as unidades previram R\$ 57,9 milhões em despesas. Ressaltou, entretanto, que depois de detalhada análise de viabilidade, foi saneado o déficit mediante o remanejamento de algumas despesas que eram possíveis para o orçamento de pleito do próximo ano. Em relação à primeira fase de Créditos Adicionais (Janela Orçamentária), informou que o limite da janela orçamentária concedida pelo TSE foi de 25% dos R\$ 43 milhões já recebidos pelo TRE-PA neste ano, o que resultaria em R\$ 10,9 milhões. Novamente, as unidades do Tribunal solicitaram R\$ 19,9 milhões para ser coberto pela janela orçamentária, tendo sido, novamente, ajustado ao valor da disponibilizado pelo TSE. Para realizar os ajustes nos recursos da janela orçamentária, a alta administração priorizou honrar contratos de terceirizados já realizados pelo Tribunal (R\$ 6 milhões) e os R\$ 4 milhões restantes foram direcionados para capacitação de servidores e magistrados, diárias e passagens da administração e corregedoria, alguns projetos do Plano de Gestão do Biênio 25-27 e investimentos, em especial em computadores. Nas considerações finais sobre o tema orçamentário, o senhor Diretor-Geral agradeceu a todos, servidores e macrogestores, pela dedicação em fazer os ajustes necessários no orçamento. Em atendimento a pedido do Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO, presidente do TRE-PA e do Conselho de Governança, foi esclarecido pelo Diretor-Geral que para as eleições suplementares é disponibilizado um crédito específico (orçamento à parte), estando previsto um custo de cerca de R\$ 600 mil para a eleição de Tucuruí e R\$ 700 mil para a de Cametá.

5. Reunião do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CDTI) – 2ª de 2025

O Secretário de Tecnologia da Informação, FELIPE HOUAT DE BRITO, que participou remotamente da reunião, iniciou a sua apresentação esclarecendo que se tratava da 2ª reunião do CDTI, que é composto pelos mesmos integrantes do Comitê de Governança e é semelhante ao Comitê de Governança de Contratações, sendo que será possível sempre aproveitar os momentos dessas reuniões para também falar sobre os assuntos relativos de TI e traçar as diretrizes da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI). Destacou que o CDTI é regulado pela Resolução TRE-PA nº 5.419/2018 e é presidido pelo presidente do Tribunal e conta em sua composição com a vice-presidente do TRE, o diretor-geral e todos os secretários, com exceção do secretário de auditoria, em razão da impossibilidade de cogestão. Informou que, naquele momento, o Tribunal estava sendo submetido a uma importante avaliação que tem impacto direto no Prêmio CNJ de Qualidade, que é o Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (IGovTIC), realizado pelo CNJ e alinhado à Resolução CNJ nº 370/2021. Destacou que a equipe da STI estava naquele momento avaliando e produzindo as evidências para cada um dos itens exigidos pelo CNJ, visando alcançar o percentual de excelência que garanta ao TRE a pontuação máxima no que tange ao prêmio de governança de TI dentro do Prêmio CNJ. Quanto à Pauta de Sistemas, que são as demandas de sistemas apresentadas pelas unidades do Tribunal e que são atendidas de acordo com as prioridades definidas pela administração, pontuou que, embora ainda estejamos no início do ano, já foram entregues 6 soluções de sistemas para as unidades (12% da pauta) e outras 14 soluções estão em andamento. Abordou também a iniciativa do Módulo de Inteligência Artificial do SEI (MIA-SEI e DespachIA), que terá impacto direto nas atividades dos servidores, possibilitando a hiper produtividade, que está sendo desenvolvido em 3 etapas: 1ª) Resumo de Processos, lançada em junho de 2024 (que gera um resumo dos processos muito extenso); 2ª) produção de conteúdo dentro do editor (a partir da escolha de eventos dentro dos processos, a IA irá analisar e gerar um novo documento com base no prompt digitado) e, por fim, 3ª) levar o MIA para o PJe (processo judicial eletrônico). Ainda no tema de IA, noticiou a realização de um Workshop de Inteligência Artificial para o público interno do Tribunal, com 4 turmas, que totalizaram 420 participantes, para capacitação no Gemini e NotebookLM (ferramentas de IA contratadas pelo Tribunal), contando com o envolvimento expressivo das Zonas Eleitorais. Por fim, tratou do evento “STI on the River” (STI no Rio, em tradução livre), onde a equipe da STI foi para um ambiente de floresta e, utilizando IA generativa, conseguiram sair do evento com 9 novos projetos, que vão desde a prestação jurisdicional até automação de processos de trabalho. Logo em seguida foi apresentado um vídeo sobre o evento.

6. Prêmio CNJ de Qualidade e Selo Qualidade Eleitoral

FERNANDA MARQUES DE AZEVEDO CORDEIRO, Assessora de Qualidade Institucional, iniciou o tema abordando o Prêmio CNJ de Qualidade, explicando que é uma premiação do Poder Judiciário como um todo, sendo separado por ramos do Judiciário, tendo 4 categorias de premiações (prata, ouro, diamante e excelência) e possuindo 4 eixos temáticos (governança, produtividade, transparência e dados e tecnologia). Atualmente o TRE-PA está com aproximadamente 70% desse prêmio em andamento. Os próximos marcos temporais são: 30 de julho (encerramento das ações que impactam no prêmio) e 30 de agosto (encerramento com saneamento de dados e envio de toda a documentação comprobatória). O resultado está previsto para sair em dezembro de 2025 durante o

Encontro Nacional do Poder Judiciário. Esclareceu que a partir deste ano teremos uma nova premiação na Justiça Eleitoral, que é o Selo Qualidade Eleitoral, instituído pelo TSE, com 3 categorias de premiação: diamante, ouro e menção honrosa. Terá 5 eixos temáticos: gestão eficiente; inovação e desenvolvimento colaborativo de sistemas; atendimento ao cidadão; transparência, integridade e combate à desinformação; e, capacitação e desenvolvimento. Os marcos temporais são os seguintes: 30 de maio (encerramento do prazo de ações); até 30 de junho (envio de toda documentação comprobatória) e 10 de dezembro do corrente (previsão do resultado). Esclareceu que se trata de um prêmio que aborda o que já foi realizado, desde janeiro de 2023 até maio de 2025, e que busca avaliar aquilo que o prêmio do CNJ não consegue alcançar, em razão das especificidades da Justiça Eleitoral. BRUNO GIORGI ALMEIDA E SILVA, Diretor-Geral, reforçou a importância de todos se dedicarem para cumprimentos dos prazos exigidos e atenderem as orientações relativas aos formulários e providência dos dois prêmios.

ENCERRAMENTO

A Secretária de Planejamento, ELAINE CRISTINA DE JESUS SANTANA DA SILVA MACHADO, agradeceu a participação de todos os presentes e a dedicação da equipe da SEPLAN na preparação da reunião, repassando a palavra ao Presidente. O senhor presidente, Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO, agradeceu a todos os presentes pela apresentação do retrato a respeito do que foi e será feito daqui para frente no Tribunal. Pediu a colaboração dos presentes em relação às premiações para que o TRE-PA possa ser bem representado na Justiça Eleitoral como um todo. Agradeceu, ainda, a presença da Vice-Presidente. Pediu que na próxima reunião a organização das cadeiras e mesas sejam dispostas na sala evitando que os dirigentes do Tribunal fiquem de costas para os demais participantes da reunião que não integraram a mesa, de modo a garantir uma participação mais democrática de todos os presentes. A Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, Vice-Presidente e Corregedora do TRE-PA, também agradeceu a todos e externou o desejo de que todo o planejado seja colocado em prática, disponibilizou a Vice-Presidência e a Corregedoria para contribuir com o que for necessário para garantir um maior crescimento do Tribunal. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, Valdimar Lopes Barros, técnico judiciário, lavrei a presente ata, que, depois de aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente e demais membros do Conselho de Governança e pelas Secretárias da Corregedoria e de Planejamento.



Documento assinado eletronicamente por **VALDIMAR LOPES BARROS, Técnico Judiciário**, em 23/06/2025, às 14:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HÉRIKA CARLA DA COSTA SODRÉ, Secretária**, em 23/06/2025, às 15:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ELAINE CRISTINA DE JESUS SANTANA DA SILVA MACHADO, Secretária**, em 23/06/2025, às 15:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE HOUAT DE BRITO, Secretário**, em 23/06/2025, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO GIORGI ALMEIDA E SILVA, Diretor-Geral**, em 23/06/2025, às 22:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO MOREIRA RAMOS, Secretário**, em 24/06/2025, às 11:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HÉLIO DA COSTA ANJOS JUNIOR, Coordenador**, em 24/06/2025, às 11:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **INGRID AGRASSAR MORAIS, Chefe de Gabinete**, em 24/06/2025, às 12:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SINARA LUBIANA MENDES DIOGO**, **Secretário**, em 25/06/2025, às 13:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSIANE REVELLE DOS SANTOS MARTINELLI**, **Secretária**, em 27/06/2025, às 08:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SERRUYA DE MEDEIROS**, **Secretário**, em 30/06/2025, às 10:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DES FILOMENA BUARQUE**, **Corregedora Regional Eleitoral**, em 02/07/2025, às 18:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO**, **Presidente**, em 15/07/2025, às 17:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2732950** e o código CRC **C6C44A59**.
